

A MERCANTILIZAÇÃO DO RECONHECIMENTO FEMININO NO MERCADO: CAPTURAS NEOLIBERAIS DO 'CUIDADO DE SI'

COMMODIFICATION OF FEMALE RECOGNITION IN THE MARKET: THE NEOLIBERAL CAPTURE OF 'SELF-CARE'

RESUMO

Este artigo tem como objetivo discutir de que modos tem se dado a captura neoliberal de pautas históricas atreladas à subjetividade feminina, a partir da hipótese de que a recente guinada do capital financeirizado e global, referida como neoliberalismo, propicia a internalização da mulher no mundo competitivo dos interesses próprios, quando comparado ao liberalismo clássico. A primeira seção discute de que modo a noção de cuidado foi ressignificada pelo neoliberalismo, passando, progressivamente, de uma prática da alma a uma prática estética do corpo. Em seguida, aborda-se como a mulher se situa no liberalismo clássico. A terceira avalia as capturas neoliberais voltadas ao campo de ações das mulheres, visando uma construção por meio de hábitos e práticas disciplinares de padrões pré-estabelecidos. Por fim, discute-se a noção de cuidado a partir da análise de propagandas voltadas às mulheres, ofertadas nas mídias. Conclui-se que a guinada tática da governamentalidade liberal, que significou mudanças nas práticas de sujeição, acionou novos mecanismos de captura que arrastam e localizam o sujeito feminino para a maximização dos interesses econômicos.

Palavras-chave: Cuidado. Estética. Neoliberalismo. Subjetividade feminina.

ABSTRACT

This article aims to discuss how the neoliberal capture of issues that are linked to female subjectivity has taken place, based on the hypothesis that the recent shift in financialized and global capital, referred to as neoliberalism, allows the internalization of women in the competitive world of self-interest when compared to classical liberalism. The first section discusses how the notion of care has been reframed by neoliberalism, progressively moving from a practice of the soul to an aesthetic practice of the body. The second deals with how women are placed in classical liberalism. The third evaluates neoliberal catches aimed at the field of women's actions, which are built through habits and disciplinary practices of pre-established standards. Finally, we discuss the notion of care from the analysis of advertisements aimed at women on social networks. It is concluded that the tactical shift of liberal governmentality, which

Adalberto Ferdnando Inocêncio

Doutor em Ensino de Ciências pelo Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Educação Matemática da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Professor temporário na Universidade Estadual de Maringá. Contato: afinocencio88@gmail.com

Camila Carolina Hildebrand Galetti

Doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade de Brasília (UnB). Contato: camilagaletti@hotmail.com

meant changes in the practices of subjection, triggered new capture mechanisms that drag and locate the female subject in order to maximize economic interests.

Keywords: Care. Aesthetics. Neoliberalism. Female subjectivity.

Introdução

Capitalismo e patriarcado se coadunam desde o período da acumulação primitiva. A partir de então se estabeleceram hierarquias e divisões que afetam homens e mulheres de formas distintas. Silvia Federici (2019)¹ evidencia como se deu as mudanças conforme o capitalismo foi se consolidando e adaptando-se às conjunturas, bem como o impacto disso na vida das mulheres e, principalmente, nas atribuições feitas a essas. A autora ainda afirma que a exclusão das mulheres dos ofícios forneceu as bases necessárias para a sua fixação no trabalho reprodutivo e para a sua utilização como trabalho mal remunerado na indústria artesanal doméstica.

Nesse emaranhado, a divisão sexual do trabalho pavimentou o trajeto para a organização do capitalismo, abrindo, também, caminhos para novos modos de feminilidade: a mulher e esposa ideal (*Ibidem*). Acompanhado de um processo de disciplinamento dos corpos, como definiu Foucault (2004), tendo como finalidade o controle social, o corpo feminino estava em perpétuo antagonismo: ora servia como máquina de trabalho nas indústrias, em más condições de funcionamento; ora era reduzido à esfera privada, ao cuidado e ao trabalho reprodutivo. Porém, desde então se cruzavam ambas finalidades, o que ocasiona a dupla, tripla jornada de trabalho, estabelecendo assim condições para a acumulação de capital e consolidação de assimetrias de gênero.

A intencionalidade aqui não é resgatar via historiografia como se embasaram as diversas apropriações do capitalismo pelos corpos femininos, mas sim, a partir da imposição de uma agenda neoliberal, que se consolida desde meados da década de 1970, como resposta à crise do liberalismo, o que ocasionou na “pavimentação” do neoliberalismo como resposta. Dada a heterogênea dispersão do conceito, trabalha-se com a definição de neoliberalismo proposta por Dardot e Laval (2016), que atualizam as análises de Foucault (2010) nas dinâmicas ocidentais mais recentes e dialogam com as referências feministas mobilizadas nas análises aqui consideradas. De acordo com esses autores, o neoliberalismo não se esgota em políticas econômicas monetaristas ou de austeridade, nem nas relações sociais democráticas ou não, provenientes dos mercados financeiros. Trata-se, antes, de uma racionalidade política que se tornou mundial e que consiste em impor por parte dos governos, nos demais setores da sociedade, como na economia e no próprio Estado, a lógica do capital até a converter na forma das subjetividades e na norma das existências, regulando condutas (DARDOT; LAVAL, 2016).

¹ Optou-se por utilizar os nomes das autoras mulheres por extenso na primeira aparição.

Com isso, o neoliberalismo opera pela mercantilização de relações até então consideradas “fora” do mercado, monetizando-as e convertendo-as em mercadorias. Conforme aponta Wendy Brown (2019), a racionalidade neoliberal é capaz de criar um mundo, com uma racionalidade direcionada exclusivamente para o fim de “economicizar” (*economize*) todos os aspectos da existência, das instituições democráticas à subjetividade (BROWN, 2019). Deste modo, isso se vislumbra de diversas formas na condição feminina pautada pelas políticas neoliberais afetando não apenas as vidas das mulheres, mas suas subjetividades a partir principalmente da constituição de hábitos disciplinares, que conforme será apresentado, regula e perpetua as práticas de feminilidades.

Com isso, trabalha-se com a hipótese de que a recente guinada do capital financeirizado e global, referida por neoliberalismo, propicia a internalização da mulher no mundo competitivo dos interesses próprios, quando comparado ao liberalismo clássico; contudo, tal guinada “cobrou um preço”: a apropriação de inúmeras pautas que estão atreladas à agenda feminista, o que se concebe, neste artigo, como capturas neoliberais da noção de cuidado de si.

Disso decorre que, para o *modus operandi* das táticas neoliberais, a mulher não adentra simplesmente no jogo econômico sem que aceite se sujeitar à parte das imposições desse jogo, isto é, adotar os processos de subjetivação incitados pelo mercado financeiro global. Tais relações decalcam das teorizações foucaultianas, para as quais o sujeito se constrói na imanência das relações de poder em uma dada sociedade. Nesse ínterim, pode-se argumentar que se as técnicas neoliberais de governamentalidade vieram a caracterizar cada vez mais nossas sociedades, uma noção de subjetivação, inextricável e concernente às tais técnicas de governo, também caracteriza essa virada neoliberal (FOUCAULT, 2010).

Essas dinâmicas incitam diversos questionamentos sobre como são introjetadas tais lógicas ou de que maneira se dá a internalização destes hábitos normativos propagados pela racionalidade neoliberal. Com isso, alude-se que a pergunta de Rago, é de suma importância para a compreensão da analítica proposta aqui – “A emancipação feminina poderia ser traduzida como sucesso econômico individual e livres escolhas das mulheres?” (RAGO, 2017, p. 368).

Mantidas as diferenças e as tensões que lhes são constitutivas, utilizam-se como referenciais teóricos os estudos feministas articulados com as teorizações foucaultianas. Tanto as problematizações feministas, que tem contribuído na desconstrução dos discursos hegemônicos e universalizantes acerca dos sexos e dos gêneros, a partir das ferramentas conceituais desenvolvidas por Foucault; quanto a obra foucaultiana, que pode igualmente continuar tendo reverberações e acréscimos enriquecidos da incorporação das problematizações feministas, ganham novos desdobramentos e possibilidades de leitura do mundo quando articuladas (OKSALA, 2019; RAGO, 2017).

O presente texto divide-se em quatro seções. Na primeira apresenta-se de que modo a noção de cuidado foi ressignificada pelo neoliberalismo, passando, progressivamente, de uma prática da alma a uma prática estética do corpo. A segunda aborda como a mulher se situa no liberalismo clássico. A terceira avalia as capturas

neoliberais voltadas ao campo de ações das mulheres, que passam a se construir por meio de hábitos e práticas disciplinares assentados em padrões pré-estabelecidos. Por fim, analisa-se a noção de cuidado veiculado em propagandas voltadas às mulheres nas mídias.

A noção de cuidado na guinada liberal para a neoliberal

A ética do cuidado ou a noção de cuidado é uma discussão cara à teoria feminista. Pode-se afirmar que um marco intransponível de tais discussões seja a obra de Carol Gilligan, *In a Different Voice: Psychological Theory and Women's Development*, de 1982. Nessa obra, Gilligan (1997) argumenta que aparentemente há duas perspectivas diversas de compreensão moral sobre o cuidado: a primeira está atrelada a um padrão da moralidade segundo o qual as decisões são baseadas em noções de justiça, no respeito a direitos individuais e a normas universais. Para a autora, esta primeira perspectiva associa-se a uma visão de mundo “masculina”. Enquanto a segunda é denominada de “voz diferente” da moralidade e aponta para um modo diverso de falar sobre problemas morais, baseado na experiência da conexão com o outro da qual resulta a atribuição de prioridade à manutenção de relacionamentos de cuidado na tomada de decisões morais (KUHNNEN, 2014). Esta última aparece geralmente associada às mulheres e é considerada pela autora uma perspectiva “feminina”.

A partir de tais pressupostos Gilligan (1997), demonstra o quanto o ponto de vista “masculino” é tido como superior e não apto ao cuidado, em detrimento da exploração e inferiorização do “feminino”, este sim considerado destinado ao cuidado. Para a autora o problema se repousa principalmente no fato do patriarcado ordenar a vida baseando-se no gênero, em que ser homem é sinônimo de superioridade, ocupando assim o topo da hierarquia social. Antes de entrar no mérito das associações históricas da noção de cuidado relegada ao sujeito feminino, é importante sublinhar que tal conceito é aqui adotado sob uma perspectiva feminista que está em consonância com as teorias foucaultianas.

A noção de cuidado aparece, de forma mais enfática, no terceiro volume de História da sexualidade (O cuidado de si) (FOUCAULT, 2014). Na obra de Foucault (2014) a noção de cuidado aparece orbitando em torno de outras noções, como técnicas de si e artes da existência. O cuidado seria um caminho, e nunca um fim, pelo qual um sujeito ético se constrói. O filósofo francês, contudo, toma todo o cuidado de reiterar, diversas vezes, que se trata de um movimento envolvendo exercícios internos ligados à “[...] elaboração de modos de vida², de esquemas de existência através da proposta de exercícios espirituais, arte de viver” (GROS, 2013, p. 128). Em princípio, a prática do cuidado nada tem a ver com o culto narcísico da aparência.

² Daí por que o cuidado na perspectiva foucaultiana ter sido adotado por mulheres que adotam o pensamento foucaultiano para pensar os feminismos (RAGO, 2017).

Historicamente a noção de cuidado sofrera diversas alterações e capturas desde as escolas de pensamento grego até as sociedades hodiernas. Com a ascensão dos feminismos, inclusive, uma noção de cuidado foi desenvolvida por correntes que se valem do pensamento foucaultiano para produção de conhecimento e práticas de si (RAGO, 2017). Com as investidas neoliberais em todos os setores da vida, a noção de cuidado passou, progressivamente, de uma prática da alma a uma prática estética do corpo.

Foucault chamou a atenção para a dificuldade de construir uma ‘ética do eu’ em nossos dias, marcados pelo consumismo exacerbado, pelo culto ao corpo nas academias e pela exaltação das imagens como propaganda, que poderiam levar a um hedonismo muito diferente daquele de Epicuro, preocupado apenas com os prazeres materiais imediatos (GALLO, 2014, p. 165).

O apelo à aparência ganha tônica no capitalismo financeirizado e neoliberal, para o qual investir na própria imagem passa significar investimento em capital humano (RAGO, 2017), o que, na perspectiva foucaultiana, alude à ideia de reger a si mesmo como um sujeito-empresa (FOUCAULT, 2010), numa figura que otimiza suas próprias ações no intuito de maximizar a acumulação de capital.

É por meio da lógica de funcionamento do sujeito-empresa que se pode entender a imbricação da racionalidade neoliberal com as dinâmicas do cuidado, interpretado como ônus pelas análises feministas. Para Cinzia Arruzza, Tithi Bhattacharya e Nancy Fraser (2019) foi em nome da “responsabilidade individual” que o neoliberalismo cortou as verbas públicas destinadas aos programas sociais. Comercializando tais serviços, transformou em lucro direto o que antes era papel do Estado, o que contribuiu por “[...] transferir às famílias isoladas – e em particular às mulheres – o ônus do cuidado (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019, p. 63). Em tal chave de leitura, esse cuidado recai tanto ao trabalho reprodutivo, aquele que reproduz a vida, quanto ao cuidado mercadológico consigo próprio. As mesmas autoras afirmarem que “[...] a crise do setor financeiro é ao mesmo tempo uma crise do cuidado” (*Ibidem*).

Para que se entendam os modos pelos quais as sociedades ocidentais do pós-guerra movimentaram a associação referida anteriormente, faz-se necessário apresentar um intercurso na transição do liberalismo clássico para o neoliberalismo de forma breve, e a posição de sujeito que estas vertentes da economia política acionam para o sujeito feminino, especialmente no que tange às condições pelas quais a representatividade feminina passa a ser absorvida e incitada no mercado financeiro.

O gênero na compreensão do liberalismo clássico

Oksala (2019) argumenta que as apropriações feministas do pensamento de Foucault ajudaram a teorizar modos pelos quais o sujeito feminino é construído por

meio de práticas patriarcais e disciplinares, uma quase oposição do que o modelo autônomo e liberal sugere, como expresso a seguir: “[...] elas são construídas como sujeitos dependentes dos outros, que devem suprimir seus interesses agressivos e egoístas, suas ambições e demonstrar qualidades de cuidado e proteção” (OKSALA, 2019, p. 116). Desse modo, para o liberalismo clássico a mulher situa-se numa posição de sujeito para a qual a designação é a de oferecer a prática do cuidado na disputa econômica das transações propriamente ditas sem, contudo, participar efetivamente delas.

Nessa esteira, Brown (2019) argumenta que o sujeito do liberalismo, como figura de auto interesse e auto orientação, é lido como estando em desacordo com o modo pelo qual as mulheres foram constituídas. Ambas as autoras concebem que o liberalismo clássico localiza a mulher na posição de desvio em relação à norma obedecida pela tática do mercado, de modo que:

A mulher autônoma – sem filhos, solteira ou lésbica – é um sinal de uma sociedade desordenada ou de um fracasso individual em se “adaptar à feminilidade”. Tais figuras “não naturais” tornam claramente visível como a ordem social presumida pelo liberalismo é, em si mesma, predominantemente generificada, representando tanto uma divisão generificada do trabalho quanto uma divisão generificada das sensibilidades e atividades dos sujeitos (OKSALA, 2019, p. 130).

Observa-se, com o explorado até aqui, que a mulher é uma figura imanente à acumulação do capital desde o princípio. Contudo, a posição de sujeito a ela endereçada altera-se conforme as fases do capitalismo (FRASER; JAEGGI, 2020), se apropriando de novas estratégias conforme o capitalismo vai se refinando, e cada vez mais deixando distante a concepção de emancipação feminina. Assim, para o liberalismo clássico a performatividade feminina deveria se conformar à norma conservadora e tradicional da figura da dona de casa; papel complementar à figura masculina provedora do *pater familia*. Pelo menos no início, quando as táticas neoliberais ainda ensaiavam a capilaridade que assumem atualmente, “a masculinidade do sujeito econômico neoliberal era geralmente presumida” (OKSALA, 2019, p. 129), isso é, aquele que joga o jogo do mercado e é mais beneficiado até esse momento é a figura do homem, eminentemente.

Na transição para as fases iniciais do neoliberalismo, a noção de cuidado feminino mantém-se muito próxima do jogo econômico liberal descrito anteriormente, com a diferença de que a mulher adquire o cargo estratégico no investimento educacional e formativo da prole. Nas teorizações foucaultianas acerca da economia política no ocidente existe uma lógica que valoriza a aplicação integral da análise econômica ao setor doméstico, para a qual o casal heterossexual monogâmico é pensado como uma unidade de produção assim como uma empresa o é (FOUCAULT, 2010).

Ancorando-se na teoria do capital humano do economista estadunidense Gary Becker, Foucault (2010) analisa que o casamento, como instituição social atinente às sociedades capitalistas ocidentais, conferia à mulher um lugar estratégico, mas não menos tradicional na família. Como pontua Federici (2021), a família no ocidente é uma invenção do capitalismo voltada ao funcionamento exclusivo do capital, o qual mescla trabalho doméstico e feminilidade para se manter e conservar a lógica capitalista, que tem como cédula-chave a família. Com isso, as posições de sujeito no interior de arranjos familiares passam a entrar no cálculo econômico das escolas neoliberais, de modo que a relação mãe-filhos, por exemplo, passa a ser minuciosamente discutida por estes.

É somente numa fase avançada do neoliberalismo denominado progressista (FRASER, 2020) que minorias de gênero, cujo foco aqui está destinado ao sujeito feminino, ganharão reconhecimento e evidência como sujeito de trocas. As táticas pelas quais essa nova fase passa a operar são consideradas na próxima seção.

Capturas neoliberais das práticas femininas

Adestrar a força de trabalho, produzir corpos dóceis e úteis tendo como finalidade a proteção, acumulação e a circulação de riquezas é uma das finalidades do capitalismo (LAVAL, 2020, p.55). Neste intercurso, porém, os corpos femininos e masculinos são mobilizados de formas diferentes apesar de terem a mesma finalidade. No contexto em que estamos inseridos, as capturas neoliberais voltadas ao campo de ações das mulheres, se constroem por meio de hábitos e práticas disciplinares de padrões pré-estabelecidos, muitas vezes manifestos na aparência física e perpetuação exaustiva da regulação do corpo.

Para que se entendam os atuais contornos da economia política no que tangem as capturas neoliberais do reconhecimento feminino, inseridas num quadro mais amplo, e que podem ser designadas de comoditização das lutas sociais, é necessário explorar, mesmo que brevemente, algumas das características que assolaram a segunda metade do século passado nos Estados Unidos e na Europa, sinalizando que as mesmas difundiram-se a outras partes do globo.

De acordo com Fraser (2020) a hegemonia capitalista, como nós a conhecemos, foi forjada na combinação de dois aspectos diferentes pensados para sujeito e justiça: um focado na distribuição, o outro no reconhecimento. O aspecto distributivo diz respeito à “[...] uma visão sobre como a sociedade deve alocar bens divisíveis, especialmente os rendimentos”; enquanto o aspecto do reconhecimento “[...] expressa um senso de como a sociedade deve repartir o respeito e a estima, as marcas morais de pertencimento enquanto membros da sociedade” (FRASER, 2020, p. 36). Distribuição e reconhecimento constituem componentes normativos essenciais na construção de hegemonias na organização das sociedades capitalistas.

Tal caracterização dá elementos para a compreensão da guinada recente, caracterizada pelo rompimento desse bloco hegemônico. O que a autora caracteriza como neoliberalismo progressista, o aspecto distributivo, que diz respeito à alocação dos rendimentos nas sociedades capitalistas, centralizava-se na figura do sujeito masculino, adulto e branco: o homem de negócios. Para que tal privilégio permanecesse centralizado nesta figura, a questão do reconhecimento também precisou construí-lo como possibilidade única de respeito e estima; enquanto a mulher, para além da figura privada³, não era lida como membro da sociedade.

Apesar de parecer um paradoxo, o neoliberalismo progressista se caracterizou por uma aliança real de dois componentes improváveis até então: por um lado, as principais correntes liberais dos novos movimentos sociais, caracterizadas pelas lutas feministas de segunda onda, antirracistas, ambientalistas, pelos direitos LGBTQ+; por outro lado, por setores mais dinâmicos, “simbólicos” e de ponta, financeiros da economia estadunidense, caracterizados nas figuras de *Wall Street*, Vale do Silício e Hollywood (FRASER, 2020). No exemplo do movimento de mulheres, especificamente, Oksala (2019) analisa que bandeiras da luta feminista, como a criminalização do estupro e da violência doméstica foram apropriadas pelo Estado e passaram a ser defendidas como políticas públicas, mas o intuito esteve voltado menos para o auxílio e intervenção da vulnerabilidade social e mais para melhorar o capital humano das mulheres.

Essa aliança interferiu tanto no aspecto distributivo como no de reconhecimento, alinhando o sujeito feminino para a ampliação da política progressista. É necessário entender, contudo, que tal aliança não retira a figura masculina do ápice da economia política. O que ela faz é realocar o capital social, cultural e econômico, mantendo as táticas neoliberais em vigor. Com o neoliberalismo progressista “[...] as mulheres também passaram a ser vistas e a se verem como sujeitos neoliberais, e também passaram a buscar seus próprios interesses e ganhos, ao contrário da conhecida abnegação que caracterizava o sentimento feminino” (RAGO, 2017, p. 367). Assim:

O programa neoliberal progressista para uma ordem “mais justa” não visava abolir a hierarquia social, mas “diversificá-la”, “empoderar” mulheres “talentosas”, pessoas de cor e minorias sexuais para que chegassem ao topo. Esse ideal é inerentemente específico a uma classe, voltado para garantir que indivíduos “merecedores” de “grupos sub-representados” possam alcançar posições e estar em pé de igualdade com os homens brancos e heterossexuais de sua própria classe (FRASER, 2020, p. 40).

³ Cabe mencionar que mulheres negras e racializadas circulavam pelas cidades e não ficavam restritas aos espaços urbanos, pois, entre estes comerciantes estavam essas na função de quitandeiras, vendendo gêneros alimentícios pelas ruas e áreas centrais das cidades, no contexto de modernização urbana e de reivindicação feminina ao direito à cidade. (ver FREITAS, Fernando Vieira de. As negras quitandeiras no Rio de Janeiro do século XIX pré-republicano: modernização urbana e conflito em torno do pequeno comércio de rua. Revista Tempos Históricos, volume 20, 2016) Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/view/13837/9959>

Essa política de reconhecimento atuou para seduzir grandes correntes de movimentos sociais oferecendo, em troca, igualdade como sinônimo de meritocracia sem que se propusesse uma emancipação erigida por meio de reformas estruturais na organização do sistema político-econômico. Ainda de acordo com Fraser (2020), isso implicou uma série de cisões no interior dos próprios movimentos sociais: mulheres menos privilegiadas, imigrantes e negros passam a ser descolados das feministas empreendedoras, dos antirracistas meritocráticos e do movimento LGBTQ+ que defende a diversidade corporativa. Neste segundo agrupamento, há um sequestro de pautas, o que contribuiu para a conformação de termos consistentes com o neoliberalismo de inclinação progressista. Numa síntese da mesma autora: “[...] nossa crítica do sexismo está agora fornecendo a justificativa para novas formas de desigualdade e exploração” (FRASER, 2016, s.p.).

Deste modo, em sua versão mais recente, a concepção liberal supostamente masculinista do sujeito como um ser independente, auto interessado e econômico caracterizou, por contrapartida, o sujeito feminino nas últimas décadas. Isto não se deu primariamente por causa do feminismo, mas por causa do neoliberalismo (OKSALA, 2019). Em consequência a tais medidas:

A difusão e intensificação da governamentalidade neoliberal significou que as mulheres também passaram a ser vistas, e a se verem, cada vez mais como sujeitos neoliberais – sujeitos egoístas de interesse fazendo escolhas livres baseadas no cálculo econômico racional [...] Ainda que as mulheres agora tenham direitos políticos iguais há quase um século, a ideia de que todas as suas ações seriam dirigidas pelo autointeresse calculado, com a exclusão expressa de todos os outros valores, estava ausente ou era mesmo estruturalmente impossível no paradigma político liberal [...] elas agora também se tornaram, em grande medida, os sujeitos presumidos pelo liberalismo econômico (OKSALA, 2019, p.127-128).

Fraser e Jaeggi (2020) estão em consonância com os argumentos de Oksala (2019). As cientistas políticas estadunidenses argumentam que devido à segunda onda do feminismo ter emergido num momento em que o capitalismo se reformulava radicalmente, no limiar de 1970, isso trouxe consequências ao caráter reivindicatório do movimento social. O fato de o neoliberalismo ter “projetado” o feminismo nas sociedades ocidentais explicaria como foi aceito que ideias feministas que já fizeram parte de uma visão de mundo radical são cada vez mais expressas em termos individualistas, “pavimentando” o caminho assim em consonância com políticas neoliberais, que pautam o individual e a meritocracia.

Tais relações não ficaram restritas ao contexto estadunidense, de modo que se dissiparam para outros países na medida que o capital intensificava seu caráter transnacional. Na realidade brasileira, Rago (2017) afirma que concomitantemente com a produção de uma revolução cultural, as bandeiras dos feminismos já estavam

sendo apropriadas pela racionalidade neoliberal, o que acentuava a competição, e, guinava na contramão do ideário de sociedade mais justa e solidária. Nesse arranjo, o feminismo acabou por beneficiar uma nova forma de capitalismo pós-fordista, transnacional e neoliberal. Em outras palavras, “[...] o que havia começado como um movimento contracultural radical se transformou num movimento de massas, levando as feministas de roldão” (RAGO, 2017, p. 365).

Com a intensificação da lógica neoliberal no âmbito global, não apenas os setores ligados à economia passaram por realocação, mas a cultura, como componente que permeia e constrói nossas práticas cotidianas também sofreu transformações. Como resultado, testemunhou-se nas últimas décadas uma reconstituição significativa da instituição família. Autoras como Oksala (2019) tem apontado como tal instituição tem sido permeada pela lógica do mercado e se tornaram menos baseadas em laços familiares permanentes, uma vez que “[...] O papel tradicional das mulheres na família tem sido o de renunciar ao seu autointeresse” (OKSALA, 2019, p. 130). O formato nuclear, amplamente incitado pelas instituições clássicas e potencializado pelo neoconservadorismo, enseja como finalidade um retorno aos papéis tradicionais do ser mulher, atrelado ao modelo único de família - preferencialmente cristã, heterossexual e patriarcal.

Tal contexto neoliberal desloca papéis masculinos e femininos, pelo menos em suas versões “cristalizadas”, para as quais há papéis entendidos historicamente como femininos⁴ (competências emocionais, relacionais e comunicativas) – relegados exclusivamente às mulheres até poucas décadas – a todos os sujeitos que participam do jogo do capital, isso também contribuiu para abalar a fixidez dos papéis generificados no interior da família: “Enquanto nossa forma de vida for fundamentalmente centralizada em famílias e numa divisão generificada das sensibilidades e atividades dos sujeitos, o sujeito feminino neoliberal sinalizaria o colapso de nossa ordem social” (OKSALA, 2019, p. 133).

Além disso, imanente à guinada neoliberal progressista, emerge uma subjetividade como acontecimento histórico: o “novo sujeito feminino neoliberal” (RAGO, 2017). Tal subjetividade pavimenta a ideia de que a emancipação econômica feminina pode ser dada a partir do alinhamento do neoliberalismo com algumas agendas feministas, que na realidade não vislumbram emancipação, mas sim adequação dessas no sistema capitalista. Destarte:

Não é mais estruturalmente impossível que um número significativo de mulheres poderiam ser sujeitos liberais no sentido pleno do termo

4 Sobre essa discussão, Oksala (2019) não faz uma análise essencialista de feminino e masculino. Ela apenas distingue esses conceitos para designar um entendimento histórico, calcado na lógica patriarcal, para a qual desbravamento e ousadia, por exemplo, são entendidas como atitudes eminentemente masculinas; enquanto cuidado e resiliência seriam atributos femininos. Em vez de essencialismos, são mais binarismos instituídos pela modernidade como forma de regulamento populacional com base nos gêneros. Com a guinada da economia global neoliberal, a autora fala de uma tendência na dissolução desses papéis binários, e uma conseqüente valorização desses atributos, até então entendidos como femininos, na lógica do trabalho, o que ela se referirá por feminização do trabalho.

– não apenas sujeitos individuais de direitos, mas também sujeitos egoístas de interesse. Porque a governamentalidade neoliberal trouxe a crescente mercantilização e marketização ao domínio privado – por exemplo, o trabalho doméstico **e o cuidado** –, **o autointeresse de algumas mulheres pode agora ser facilmente comprado** [...] (OKSALA, 2019, p. 130-131 grifo nosso).

Como tal subjetividade é produzida no interior de uma retórica, é evidente que esses “avanços” não se dão de forma simples e isentas de outras problematizações, afinal a racionalidade neoliberal é um complexo emaranhado que não afeta tão somente a economia, mas, também, a política, cultura, subjetividades, tendo como fio condutor a atividade de acumulação do capital e a maximização do capital humano. Disso decorre que, para ganhar reconhecimento de mercado, a mulher necessariamente consome para si mesma o que para esta nova economia política tem o significado de adquirir capital humano.

Buscou-se ter deixado nítido, até aqui, que o neoliberalismo progressista está longe de ter reconhecido a mulher como sujeito político da história. Além de ter contribuído para os acachapantes lucros nesta versão do capital, que opera num “empoderamento pelo consumo”, o sujeito feminino entra no jogo do mercado financeiro para “estancar a sangria” do sistema, isso é, num sentido técnico de uma peça chave que a nova versão da economia política encontrou para driblar crises esporádicas. Como não promove mudanças estruturais no sistema:

[...] os efeitos nocivos do neoliberalismo afetam em maior grau as mulheres [...] por constituírem a principal mão de obra nos setores públicos, que são justamente os privatizados, ou ainda, pelo corte dos serviços públicos como creche, dos quais as mulheres são mais dependentes, além dos empregos temporários mal pagos da economia neoliberal – “os chamados Mcjobs” – que recaem mais sobre mulheres do que sobre homens e de continuarem a receber remuneração salarial inferior à deles (RAGO, 2017, p. 367).

Para uma compreensão de como algumas mulheres adentraram no jogo competitivo não se pode dissociar a tríade raça, classe e gênero (hooks, 2017), haja vista que o cuidado doméstico, apenas para citar esse exemplo, fora terceirizado às mulheres negras para que as brancas, em princípio, ocupassem tais posições de poder.

Nesse sentido, pode-se afirmar que seria como se a luta pelo “empoderamento” feminino tivesse “destronado” a figura do homem de seu posto nas políticas de reconhecimento, substituindo, não intencionalmente, a figura do mercado em seu lugar, porém, a nova articulação é extremamente limitada no sentido que um grupo muito seleto de mulheres consegue galgar tal reconhecimento, além do fato de ocorrer o que, na teoria feminista, se conceitualiza como “teto de vidro” (VAZ, 2013). As mulheres conseguem ascender nas empresas, mas tem limites pautados na

condicionante de gênero. Tal teto faz com que elas permaneçam na base da pirâmide econômica, impedidas de ocupar um cargo diretivo. Trata-se do “mais do mesmo” da precariedade do trabalho feminino. Todavia, é possível afirmar que “houve ganhos”, uma vez que a mulher agora é pensada como participante na movimentação das trocas econômicas. Mas nesse sistema todos são explorados de alguma forma, e o sujeito feminino não seria exceção. A consequência dessa inserção fora, como já fora proposto, a tentativa de alguns setores de mercado na neutralização do potencial político da luta feminista. Cabe mencionar também, como afirma Rafia Zakaria (2021), o quanto o conceito de empoderamento representa uma contínua exploração do trabalho feminino, principalmente de mulheres racializadas (p.100).

Disso decorre uma mudança considerável nos enunciados e discursos reverberados na cultura. Trabalhos da socióloga Angela McRobbie, citados por Oksala (2019), tem mapeado um campo da cultura política e popular pós-feminista, principalmente no Reino Unido. Eles reúnem enunciados presentes no cinema, na televisão, na cultura popular e nas revistas femininas, e tem demonstrado como “[...] o conteúdo feminista desapareceu nas últimas décadas, sendo substituído pelo individualismo agressivo, por um hedonismo fálico das mulheres no campo da sexualidade e pela *obsessão com a cultura consumista*” (MCROBBIE *apud* OKSALA, 2019, p. 128 grifo nosso). Ainda que seja uma análise que não tenha como componentes elementos presentes em nosso país, não deixa de ser perceptível que essa cultura tenha sido incorporada, dada a difusão propiciada pela globalização, também, na América Latina.

Ribeiro (2018) nomeia de “feminismo pop” o processo de rarefação da heterogeneidade dos discursos dos movimentos sociais convertidos numa simplificação mercadológica. Nesta captura, algumas pautas passam a circular, inclusive via redes sociais, mais do que outras. Discussões acerca dos assédios e cantadas de ruas tornaram-se mais aceitas e palatáveis do que falar abertamente de aborto seguro e legalizado, por exemplo.

O ponto positivo do feminismo “pop” foi a ampliação dos nossos debates para além das fronteiras acadêmicas, e a maior participação feminina negra e trans [...] Por outro lado, a ascensão da ideia do feminismo como um *souvenir* é o preço que estamos pagando. Já se fala da ideia de “seja a feminista que quer ser”, uma clara alusão a uma lógica liberal para um movimento que por si só tem que ser compreendido como uma luta coletiva, estrutural e emancipatória. Toda vez que vejo alguém defendendo a existência de um feminismo que não precisa ter posicionamento político, penso que um feminismo pautado em ascensão individual e não em rompimento com estruturas opressoras nega totalmente as bases do feminismo [...] Afinal de contas feminismo é luta coletiva e não um produto de *lifestyle* (RIBEIRO, 2018, p. 106).

Na mesma linha de raciocínio, hooks (2017) critica um feminismo baseado num estilo de vida, pois vê, nessa abordagem, uma armadilha na qual a transformação

feminista que busca mudar a sociedade possa ser facilmente cooptada se não estiver radicada num compromisso político com um movimento feminista de massas. Para a autora, esse processo já acontece, de forma que o patriarcado capitalista da supremacia branca mercantiliza o pensamento feminista [...], vendendo a narrativa esvaziada de que alguém pode participar do ‘bem’ que esses movimentos produzem sem ter de se comprometer com uma política e uma prática transformadoras: “Nesta cultura capitalista, o feminismo e a teoria feminista rapidamente se transformam numa mercadoria que só os privilegiados podem comprar” (hooks, 2017, p. 98).

Apresentado tal mosaico, a próxima seção tem como intuito visibilizar uma maneira pela qual tem se dado a captura neoliberal no que tange ao cuidado de si. Analisando propagandas brasileiras que se alinham ao ideário mercantilizado, os exemplos apresentados e discutidos permeiam a indústria cosmética, resultados que despontaram no método de busca aqui adotado.

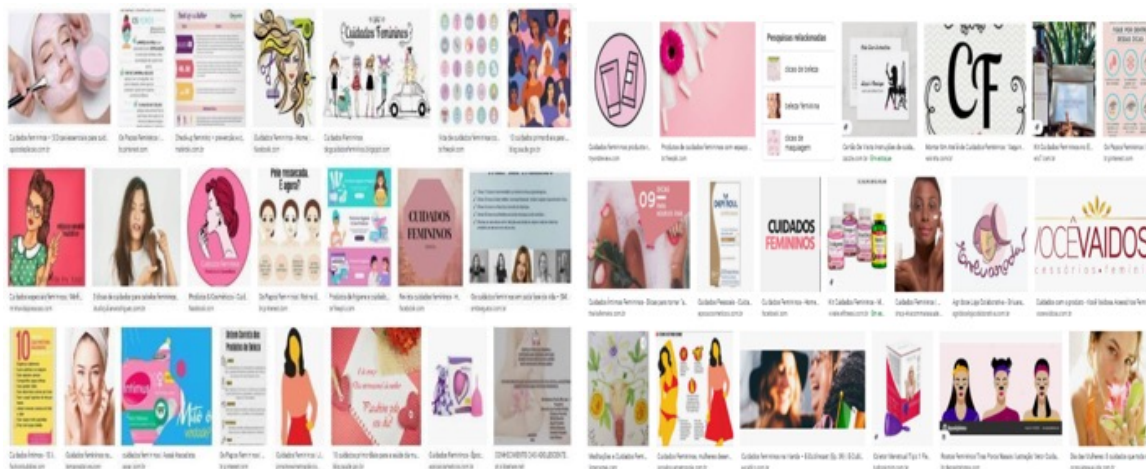
O cuidado de si agora pode ser comprado: o feminismo (neo)liberal nas prateleiras

Na lógica de eclipsamento da pauta política em detrimento dos interesses liberais, as chamadas marqueteiras, bem como os enunciados que as acompanham, denotam novas governanças no enredamento do sujeito feminino em sua forma atual. Agora, a mulher continua a lutar “para entrar na norma”, mas desta vez esse trajeto é percorrido por meio do consumo.

Já fora apresentado que “esse foco excessivo na livre escolha é, talvez, o aspecto mais insidioso da governamentalidade liberal para o sujeito do feminismo [...] A ideia de escolha pessoal efetivamente mascara os aspectos sistêmicos do poder” (OKSALA, 2019, p. 134). O que chamamos a atenção nesta seção é o feitio sedutor dos enunciados marqueteiros que trabalham juntos no oferecimento da promessa de “emancipação” feminina por meio da utilização dos produtos que são anunciados nas propagandas.

No que tange à noção de cuidado, especificamente, é imprescindível contemplar na análise o fato de que tal prática vem associada ao sentido epidérmico, somático e exterior, orientando uma vontade da boa aparência, de saúde como se pode constatar nas figuras abaixo (**Figuras 1 e 2**).

Figura 1. Figura 2. Resultados de busca com a palavra-chave “cuidados femininos” na plataforma Google.



Fonte: <https://cutt.ly/1wun2Tr5>.

Na materialidade das figuras 1 e 2 se percebe que o cuidado feminino está relacionado à vaidade, mais precisamente ao culto da pele com o auxílio do amplo aparato da indústria dermocosmética. Além disso, observa-se que as figuras femininas, reais ou fictícias, estão em consonância com padrões de beleza estabelecidos hegemonicamente, além da maioria delas serem mulheres brancas. Um número ínfimo de imagens atrela, necessariamente, a ideia de cuidado com saúde ou bem-estar feminino.

Dois anúncios publicitários específicos captam discursivamente a discussão apresentada neste artigo (**Figuras 3 e 4**).

Figura 3. Anúncio publicitário da marca O Boticário⁵ para a linha “Cuide-se bem”. **Figura 4.** Anúncio publicitário da marca L’oreal Paris⁶ para a linha de tinturas cabelos brancos e grisalhos.



5 Fonte: <https://www.helopalacio.com/nova-linha-cuide-se-bem-do-boticario-afinal-cuidar-se-bem-nao-pode-ser-so-de-vez-em-quando/>

6 Fonte: <https://www.bistrodabeleza.com.br/marcas-1/loreal/silver>.

O que importa destacar como cerne das análises é que o primeiro anúncio publicitário enfatiza, pelo enunciado que acompanha a linha do produto – “Faça isso por você” – a nova subjetivação feminina descolada do núcleo conjugal heterossexual, isso é, atrelada aos maridos. Subjacente, está o discurso de que o modo de endereçamento do cuidado deixou de ser a figura do marido, direcionando-se à própria mulher. Não se pode negar que o autocuidado representaria, numa leitura não problematizada, um avanço político de um sujeito histórico relegado a essas práticas se não estivesse tão alinhado com a racionalidade econômica, tendo por finalidade o consumo.

O que está por trás dessa nova configuração é uma mudança decisiva na natureza do capitalismo [...] As grandes corporações não insistem mais em uma única forma normativa de família ou sexo; muitas delas agora estão dispostas a permitir que um número significativo de funcionários e funcionárias vivam fora de famílias heterossexuais – isto é, desde que cumpram as normas, tanto no local de trabalho como nas ruas. Também nas atividades comerciais a dissidência sexual encontra um nicho como fonte de imagens publicitárias sedutoras, linhas de produtos, mercadorias que promovem um estilo de vida e prazeres prontos para o consumo. Na sociedade capitalista, o sexo vende – e o neoliberalismo o comercializa em muitos sabores (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019, p. 69-70).

Enquanto o segundo anúncio publicitário pode parecer, à primeira vista, uma ruptura com as táticas de poder das biopolíticas, uma vez que encoraja a mulher a “assumir” os cabelos brancos, atrelados, em nossas sociedades ocidentais, à imagem da mulher madura, de idade avançada. Como discute Swain (2013) a construção da velhice em nossos tempos perpassa o intercurso da publicidade, e endereça práticas diferentes na cisão gendrada que ajuda a promover: “[...] para as mulheres, a essência que lhes é atribuída, a procriação-sedução desaparece, reduzindo-as a corpos inexpressivos; para os homens, a virilidade identitária minguia, murcha. Viagra neles!” (SWAIN, 2013, p. 262).

A autora considera, ainda, que “[...] cabelos brancos são crime de lesa majestade para uma mulher no Brasil” uma vez que a velhice fora constituída como “uma categoria social, criada pelo biopoder para melhor separar o humano em hierarquias e impor modelos de consumo e de vida” (SWAIN, 2013, p. 262-263). Com o neoliberalismo em vigor, esta taxonomia social até então desvalorizada passa a ser incitada quando reconhecida como grupo consumidor. Com as promessas condescendentes do mercado em relação à velhice, a terceira-idade fora “reavivada”, e agora é até chamada de “melhor idade”.

As chamadas não se resumem aos exemplos apresentados até aqui. Vale à pena citar, dentre outros, os enunciados: “*Cuidando de quem sabe cuidar*”, “*cuidado de filhos para mães*” e “*Compartilhe este cuidado com sua mãe e mostre porque o amor de vocês*”

atravessa gerações” (Creme Nívea, edição dia das mães, 2021⁷); “*Abrace o cuidado que faz você se sentir linda todos os dias*” (Desodorante Nívea, Deomilk⁸); “*Cuida e protege*” (Sabonete em barra Dove⁹); “*O seu ritual de cuidados com frete grátis*” (Avon¹⁰), dentre outros.

Na análise aqui empreendida, as promessas que acompanham os produtos propriamente ditos coexistem com um recorte histórico no qual muitas mulheres deixam de almejar apenas a continuidade da “economia doméstica”, e passam a verificar a possibilidade de expansão desse setor, significando a aquisição de dinheiro, representação política e sucesso para além do regime privado do lar. Isso implica que “[...] a subordinação persistente das mulheres como um grupo não é economicamente requerida para o tipo de sociedade que o neoliberalismo constrói” (OKSALA, 2019, p.132). Os anúncios, bem como os produtos, entrariam nesse contexto histórico como meios de acesso ou facilitadores ao mercado de trabalho, atualizando a tática segundo a qual para “emancipar-se” é necessário passar pelo mercado, sem escapatória.

Nessa lógica, o fato de muitas mulheres serem donas de casa, empregadas, aeromoças ou empresárias passa a ser lido como uma escolha individual, descolada de uma análise estrutural. Tal característica é um dos fios condutores do neoliberalismo e de como ele opera na construção das subjetividades femininas ao evidenciar, com frequência, o excesso de livre escolha feminina. Neste comando, acaba-se por diluir as diferenças de classe e a própria categoria mulher, esquivando-se do fato de que as mulheres são atravessadas de formas totalmente diferentes entre si, e que boa parte delas, não é facultada a escolha do cuidado de si pela via do consumo.

Todos os resultados de busca apresentados até aqui coadunam com a premissa de que o neoliberalismo vem buscando implementar apenas o aspecto do reconhecimento ou do senso de como a sociedade deve repartir o respeito, mantendo quase intacto o aspecto distributivo, relacionado a alocação dos bens divisíveis, como os rendimentos, para retomar terminologias de Fraser (2020), apresentadas no início do texto. Disso decorre a atual organização político-econômica, na qual “[...] sujeitos de interesse atomizados e autônomos estão competindo pelas oportunidades econômicas disponíveis” (OKSALA, 2019, p. 128), de modo que o apelo aos bens de consumo são estrategicamente posicionados como “facilitadores” desses “acessos”.

Na analítica foucaultiana, é imprescindível relacionar tais enunciados publicitários em sua condição de existência histórica. As investigações de Dulac (2007) acerca dos anúncios publicitários que captam de forma precisa a maneira com que estes se relacionam à determinado substrato político da época. Na sociedade brasileira da década de 1950, contexto em que o neoliberalismo progressista não era

7 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=dmMW1lWp5dU>

8 Disponível em: <https://acontecedoqui.com.br/propaganda/isobar-apresenta-campanha-para-nivea-deomilk>

9 Disponível em: <https://www.dove.com/br/search.html?q=sabonete+barra+cuida+e+protege&fq=&Locale=pt-br&BrandName=dove>

10 Disponível em: <https://www.avon.com.br/cuidados-diarios>

uma realidade, era comum uma série de enunciados que direcionam o cuidado do sujeito feminino à esfera do lar e do marido.

O sabonete Lever, por exemplo, prometia uma “espuma cremosa” capaz de garantir à pele “uma suavidade e fascínio que fazem palpitar corações!” (Revista do Globo, 25/06/1954, p. 19 *apud* DULAC, 2007, p. 81); enquanto o Pan Cake Make-Up, que tinha como slogan o enunciado “Beleza de Estrelas...para o seu rosto” (Revista do Globo, 26/07/1947, p. 19 *apud* DULAC, 2007, p. 81) prometiam transformar o rosto da mulher, utilizando como recurso de marketing narrativas que as posicionasse ao lugar tradicional da esposa e dona do lar. Na análise da autora acerca destes anúncios, “[...] é o sabonete que torna as mulheres fascinantes, adoráveis e que lhes permite conquistar o seu amado e com ele se casar” (DULAC, 2007, p. 82). Nesse recorte histórico, o modo de endereçamento das benesses dos produtos pelo mercado é o sujeito masculino, e não o feminino. Este, simplesmente é um meio para um fim, que neste contexto pode ser designado como a satisfação masculina. Assim, é possível afirmar que o capital humano de preparação para o mercado, passando pela lógica da dermocosmética, sequer é considerado nessas décadas.

Com a guinada neoliberal, as posições de sujeito, bem como os modos de endereçamento – e o que se entende por – do cuidado são realocados nas sociedades ocidentais. Caminhando para um desfecho, recorre-se novamente a Oksala, cujas considerações captam a lógica presente no atual recorte de tempo:

A feminilidade normativa se tornou firmemente ligada a ganhos econômicos, em uma nova direção. [...] as mulheres, cada vez mais, racionalizam sua participação nos hábitos normativos de feminilidade em termos de seus próprios interesses econômicos, e não em termos dos interesses dos homens: as mulheres não tem mais unhas longas e pintadas porque os seus parceiros masculinos acham isso atrativo e excitante, mas porque unhas bem cuidadas se tornaram um sinal de sucesso profissional e financeiro, um sinal que provavelmente as ajudará a avançar em suas carreiras [...]

As apresentações mais bem-sucedidas da aparência feminina em nossa sociedade não mais simbolizam subserviência – garçonetes, comissárias de voo ou secretárias. As apresentações mais bem-sucedidas da aparência feminina, atualmente, são realizadas por mulheres que possuem poder e dinheiro: mulheres executivas e políticas. Vivemos em um mundo no qual as aparências são mais importantes do que nunca, e a mulher consumidora moderna sabe muito bem disto (OKSALA, 2019, p. 132-133).

Com o deslocamento da família liberal, a emancipação feminina não veio como promessa imediata via *establishment*. Ao passo que algumas mulheres conquistaram os espaços de trabalho, a aparência feminina passou a ser vista como um instrumento importante pelo qual as mulheres puderam incrementar seu capital humano numa

lógica na qual os hábitos de feminilidade agora são sustentados por meio de uma racionalidade baseada em perdas e ganhos financeiros, o que a Catherine Hakim (2012) intitulou de ‘capital erótico’, esse que pode ser interpretado também como uma chave de acesso ao campo político e esferas profissionais.

Considerações finais

As análises propiciadas pelo referencial teórico que nos enreda não interpreta tais mudanças na constituição do sujeito feminino como a garantia de uma liberdade *per se*, mas sim uma guinada tática da governamentalidade liberal, que significou uma mudança nas práticas de sujeição, acionando novos mecanismos de captura que arrastam e localizam o sujeito feminino para a maximização dos interesses econômicos. Como o sujeito é pensado no sentido de empresário de si mesmo “O problema óbvio com esse foco excessivo na escolha é que as mulheres não podem escolher o poder do mesmo modo como podem escolher entre diferentes vestidos de casamento” (OKSALA, 2019, p. 135), isso é, sob a chancela mercadológica da ocupação feminina ao mundo do trabalho os impedimentos ao sucesso político e social são centralizados na esfera pessoal e individual - a mulher não conquista os espaços por estar mal apresentada, descuidada, e não política (para o qual a categoria mulher, e não uma parcela, é pensada).

Tal lógica coaduna com o que Catherine Hakim intitulou de capital erótico, que segundo a autora, as mulheres que possuem **capital erótico** (a mistura de charme, elegância, beleza e sex appeal) deveriam usá-lo sem ressalvas para avançar na vida e na carreira (HAKIM, 2012). Essa afirmativa está bem alinhada com a lógica do neoliberalismo e como ele afeta as subjetividades femininas, associando sucesso, bem-estar, cuidado com o estético, aos padrões estabelecidos de beleza.

Assim, podemos afirmar que o neoliberalismo promove novas formas de estatização das relações de poder, que consistem em investir sobre o domínio da existência individual e coletiva por intermédio de técnicas sutis e quase sempre invisíveis (LAVAL, 2020, p.125).

Na guinada para o neoliberalismo progressista, o investimento em capital humano por meio de produtos oferecidos pelo mercado tem papel decisivo na incorporação do sujeito feminino no mundo do trabalho. As análises aqui mobilizadas, imanentes à relações mais amplas da hegemonia capitalista, demonstram que os aspectos focados no reconhecimento de diferentes sujeitos, até então excluídos do jogo do mercado, não bastam para que se afirme que houve emancipação da figura da mulher. Qualquer política de justiça social deve, necessariamente, passar pelos aspectos de redistribuição caso desejemos enfrentar a hegemonia neoliberal do tempo presente, que no caso dos movimentos sociais, tem comoditizado as pautas políticas feministas.

Pensar táticas de cuidado que assumam relações desvinculadas ou vinculadas da valorização imposta pelo mercado estão imanentes a modos de ser mulher em uma determinada sociedade. O recorte analítico priorizado neste artigo endossa posições para as quais não há uma essência feminina ou um modo “natural” de ser mulher, inato à natureza subjetiva. Em vez disso, é necessário que haja um reconhecimento histórico da sujeição correspondente ao regime político da época, garantida, por sua vez, por uma série de códigos de conduta, alguns dos quais definem posturas e atitudes, em vez da redução da ideia de cuidado da alma ao cuidado do corpo ou redução do cuidado de si à prática do *skincare*.

Referências

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%**: um manifesto. São Paulo: Boitempo, 2019.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente**. São Paulo. Editora Politéia, 2019.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DULAC, Elaine Beatriz Ferreira. Lições de beleza e feminilidade nos anúncios publicitários de cosméticos. in. WORTMANN, Maria Lúcia Castagna; SANTOS, Luís Henrique Sacchi; RIPOLL, Daniela; SOUZA, Nádia Geisa Silveira; KINDEL, Eunice Aita Isaia (orgs.). **Ensaio em Estudos Culturais, Educação e Ciência**: a produção cultural do corpo, da natureza, da ciência e da tecnologia. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

FEDERICI, Silvia. **O calibã e a bruxa**. São Paulo, Editora Elefante, 2019.

_____. **O patriarcado do salário: notas sobre Marx, gênero e feminismo**. São Paulo, Editora Boitempo, 2021.

FOUCAULT, Michel. “Os corpos doces”. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 29ª ed. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004, p. 125-52.

_____. **Nascimento da biopolítica**. Lisboa: Edições 70, 2010.

_____. **História da sexualidade 3: o cuidado de si**. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

FRASER, Nancy. Como o feminismo se tornou subalterno ao capitalismo e como reivindicá-lo. **Geledés**. 11 abr. 2016. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/como->

o-feminismo-se-tornou-subalterno-ao-capitalismo-e-como-reivindica-lo/. Acesso em: 12/02/2021.

_____. **O velho está morrendo e o novo não pode nascer**. São Paulo: Autonomia literária, 2020.

FRASER, Nancy; JAEGGI, Rahel. **Capitalismo em debate**: uma conversa na teoria crítica. São Paulo: Boitempo, 2020.

GILLIGAN, C. **Teoria psicológica e desenvolvimento da mulher**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997

GALLO, Sílvio. **Filosofia**: experiência do pensamento. 1. ed. São Paulo: Scipione, 2014.

GROS, Frédéric Gros. O cuidado de si em Michel Foucault. in. RAGO, Margareth; VEIGA-NETO, Alfredo (orgs.). **Figuras de Foucault**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

HAKIM, Catherine. **Capital Erótico**. Rio de Janeiro: Best Seller, 2012.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. 2. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

KUHNEN, Tânia Aparecida. **A ética do cuidado como teoria feminista**. Anais do III Simpósio Gênero e Políticas Públicas, ISSN 2177-8248 Universidade Estadual de Londrina, 27 a 29 de maio de 2014. Disponível em: http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/GT10_T%C3%A2nia%20Aparecida%20Kuhnen.pdf

LAVAL, Christian. **Foucault, Bourdieu: e a questão neoliberal**. São Paulo, Editora Elefante, 2020.

OKSALA, Johanna. O sujeito neoliberal do feminismo. in. RAGO, Margareth; PELEGRINI, Maurício (organizadores). **Neoliberalismo, feminismo e contracondutas**: perspectivas foucaultianas. São Paulo: Intermeios, 2019.

RAGO, Margareth. Foucault, o neoliberalismo e as insurreições feministas. in. RAGO, Margareth; GALLO, Sílvio (orgs.). **Michel Foucault e as insurreições**: é inútil revoltar-se? São Paulo: CNPq, Capes, Fapesp, Intermeios, 2017.

RIBEIRO, Stephanie. Feminismo: um caminho longo à frente. in. GALLEGO, Esther Solano (Org.). **O ódio como política**: a reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

SWAIN, Tania Navarro. Velha? Eu? Autorretrato de uma feminista. in. RAGO, Margareth; VEIGA-NETO, Alfredo (orgs.). **Figuras de Foucault**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

VAZ, Daniela Verzola. O “teto de vidro” nas organizações públicas: evidências para o Brasil. *Revista Economia e Sociedade*, Campinas, v. 22, n. 3 (49), p. 765-790, dez. 2013.

ZAKARIA, Rafia. **Contra o feminismo branco**. São Paulo, Editora Intrínseca, 2021.

Recebido em 12/07/2021.

Aceito em 09/11/2022.